

AIDA MOHAMED GHADIE

**PARADIPLOMACIA: A ATUAÇÃO DOS AGENTES SUBNACIONAIS
BRASILEIROS NO ÂMBITO DO MERCOSUL.**

**Dourados-MS
Agosto/2017**

PARADIPLOMACIA: A ATUAÇÃO DOS AGENTES SUBNACIONAIS BRASILEIROS NO ÂMBITO DO MERCOSUL.

GHADIE, Aida Mohamed¹
e-mail.: a.beirute@gmail.com

RESUMO

O desenvolvimento de uma ação externa institucionalizada por parte dos entes subnacionais, atividade conhecida como paradiplomacia, é um tema que gradativamente ganha espaço no campo das relações internacionais. Essa atividade ressurgiu na América do Sul nos anos 1980, sob o cenário favorável de redemocratização. Este texto, desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica busca examinar a atuação internacional dos governos subnacionais, tendo como instrumento a paradiplomacia, especialmente, no âmbito do Mercosul. O processo de integração promovido pelos Estados centrais interfere diretamente no cotidiano daqueles que vivem a integração no seu dia a dia, o que provoca os governos subnacionais a buscarem uma maneira de atender suas próprias necessidades na esfera internacional, principalmente daqueles que se situam nas faixas de fronteira. A atuação dos governos subnacionais na política externa abre novos caminhos para o desenvolvimento econômico e social de uma população, o que torna evidente a importância da cooperação e integração regional para estes atores subnacionais, para além das permeáveis divisas nacionais, especialmente para as cidades situadas nas faixas de fronteiras. O estudo divide-se em duas partes: a primeira apresenta uma análise sobre a paradiplomacia como instrumento de inserção dos entes subnacionais na esfera internacional. A segunda traz uma breve abordagem sobre o processo de integração mercosulino. Os prefeitos e governadores de uma localidade funcionam como instrumentos de pressão, chamam a atenção para a realidade que uma ação decidida verticalmente dentro do bloco de integração, pode causar a uma região ou localidade e a sociedade como um todo. É inegável a importância da pesquisa sobre a temática da integração regional e as possibilidades de atuação dos atores subnacionais nas relações internacionais, e dar voz ao irreversível e relevante papel dos entes subnacionais no cenário internacional. Palavras-chave: Cooperação; interdependência; desenvolvimento econômico e social.

Palavras-chave: Integração regional; paradiplomacia; desenvolvimento econômico e social.

INTRODUÇÃO

1 Mestranda do Programa Fronteiras e Direitos Humanos da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

O período pós-guerra fria, que tem início no final do século XX, traz em seu bojo a intensificação do fenômeno da globalização liberal, provocando importantes mudanças no campo das Relações Internacionais.

Os Estados já não se constituem mais nos únicos atores das Relações Internacionais, desfigurando o sistema internacional até então configurado como estadocêntrico, muito embora manterem-se como os principais e passam a agir condicionados pelas novas tendências de integração e interdependência entre os diversos atores do sistema internacional.

Neste contexto, destaca-se a relevância da pluralidade de atores que se inserem e interagem na arena internacional, tais como organizações não governamentais (ONG's), empresas transnacionais, organizações internacionais e, especialmente, os governos subnacionais, objeto de estudo desta pesquisa, que tem como principal objetivo identificar a possibilidade de atuação das entidades subnacionais no âmbito do Mercosul.

A integração regional e cooperação internacional foram elementos fundamentais para o desenvolvimento da paradiplomacia, como mostra a revisão bibliográfica a partir das obras de Gilberto M. A. Rodrigues (2009), Henrique Sartori de Almeida Prado (2013), Karina L. Pasquariello Mariano e Marcelo Passini Mariano (2005), Noé Cornago Prieto (2004) e Tullo Vigevanni.

Este fenômeno ressurgiu no continente sul americano no final dos anos 80, alavancado pela redemocratização ocorrida em países como a Argentina e o Brasil, e a crescente globalização de cunho liberal. Neste cenário as entidades federadas adquirem novas atribuições, e também maior autonomia na realização de suas obrigações e deveres, tais como criar suas próprias estratégias de atuação na esfera internacional. No caso do Brasil, os governos subnacionais, especialmente os municipais, convivem com uma série de desafios para cumprir suas atribuições no campo da educação, saúde, entre outras, passando por diversas dificuldades, especialmente no que se refere à viabilização de recursos econômicos, entre outros, para atender a população local.

Neste sentido, os atores subnacionais precisam ser inovadores e criativos para cumprirem seus deveres e obrigações como gestores públicos. E têm na paradiplomacia um importante mecanismo que têm para se inserir na política internacional, sem depender exclusivamente do Estado-Nação, na busca de novas oportunidades de desenvolvimento. Além, também, de buscar influenciar nos processos de tomadas de decisões que ocorrem em um processo integracional, e que traz consequências diretas e indiretas na realidade de um região ou localidade.

O texto foi dividido em duas partes: na primeira parte analisa a instigante inserção internacional de atores subnacionais, instrumentalizada a partir da paradiplomacia, visando identificar os determinantes, bem como mostrar as motivações e atividades mais

recorrentes deste relevante fenômeno. Na segunda traz uma breve abordagem sobre o processo integracional dos países do Cone sul da América do Sul, e os possíveis espaços de atuação dos governos subnacionais no Mercosul.

Inserção internacional dos governos subnacionais

O fim da Guerra Fria é um marco histórico de grande relevância para o sistema mundial. Observa-se, neste contexto, o predomínio do modelo econômico-financeiro capitalista, fortemente influenciado pelo fenômeno da globalização, e a criação de novos paradigmas nas relações internacionais, intensificando a competitividade e interdependência.

Este fenômeno redefine o papel do ator central do sistema internacional, ao mesmo tempo em que impulsiona a inserção de novos atores nas relações internacionais, tais como os governos subnacionais (Estados federados, municípios, departamentos e províncias, entre outros). Outrossim, observa-se também uma flexibilização no clássico olhar sobre as fronteiras, privilegiando a interlocução entre as cidades situadas na região de fronteira, propício espaço para a cooperação e processos de integração regional, que ocorrem pautados, principalmente no aspecto econômico .

A participação em blocos regionais pode ser uma boa oportunidade de transformar a realidade dos atores subnacionais, principalmente destas cidades e regiões situadas nas fronteiras. Exemplo o caso do Cone Sul da América do Sul, região protagonista no processo de Integração Regional do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Segundo Karina L. Pasquariello Mariano e Marcelo Passini Mariano (2005), este fenômeno interfere diretamente na realidade nacional e local, trazendo novos desafios para estes atores e uma nova lógica de funcionamento.

[...] tanto o fenômeno da globalização como o da regionalização impactam diretamente sobre o cotidiano das localidades, mas se originam fora desse âmbito. [...] A relação entre globalização e Estado não se resume a um enfraquecimento do segundo e à busca de uma nova forma de ordenamento e controle internacional, com a inserção de novos atores nesse âmbito – no caso, os governos subnacionais. Trata-se, na verdade de uma reformulação do papel do estado promovida com base nos efeitos gerados pela globalização, que trazem para a esfera nacional novos desafios e uma nova lógica de funcionamento (MARIANO; MARIANO, 2005, p. 133).

Marcelo P. Mariano e Maria Inês Barreto (2004) observam que neste novo cenário há uma intensificação da competitividade internacional, alterando as condições de gestão dos Estados Centrais na esfera externa, provocando a transferência de parte de suas responsabilidades nacionais para os níveis estaduais e locais de governos.

Robert Keohane e Joseph Nye defendem esta ascensão de novos atores, ao destacar a importância destes sem deixarem de atribuir aos Estados importância de serem os principais atores nas relações internacionais (KEOHANE; NYE in PRADO, 2013).

O sistema internacional, até então estadocêntrico, passa a compreender novos atores, tais como organizações não governamentais (ONG's), empresas transnacionais, organizações internacionais e governos subnacionais (departamentos, províncias, regiões, Estados-membros, municípios, etc.)

A teoria da interdependência explica a mudança das relações entre os Estados, fugindo da relação clássica baseada na força e poder, agregando outros temas como meio ambiente, economia, questões sociais, sem ficar restrito às questões militares (PRADO, 2013, p. 25).

Mudanças também ocorrem na contextualização das fronteiras, significativo "*locus*" até então considerado como um rígido marco geográfico, sendo gradativamente alterada da visão de estranhamento e segurança nacional do território, para vislumbrar a diversidade e cooperação que a região fronteiriça emana. Transformações "oriundas do novo cenário contemporâneo, a fronteira passa a ter uma função permeável e articulante [...] de *fronteira-separação* para *fronteira-cooperação* [...]", (RUCKERT, LEMOS, 2011, p. 54).

Constata-se que a proximidade geográfica e interdependência do ambiente fronteiriço influencia o clássico olhar nas regiões de fronteira, que mostram perfis propícios para o desenvolvimento da integração regional e cooperação, como é o caso cidades fronteiriças e/ou cidades-gêmeas. Como exemplo bem sucedido tem-se o caso das cidades de Santana do Livramento (RS, Brasil) e Rivera (Uruguai), objeto de estudo dos autores Aldomar A. Ruckert e Bruno de Oliveira Lemos (2011).

Verifica-se que a partir deste panorama os entes subnacionais revestem-se de um novo papel e começam a assumir novas responsabilidades, entre elas a busca e planejamento de estratégias de comportamento no cenário internacional, que se processa através da participação em acordos de cooperação e integração regional, como o do Mercado Comum do Sul - Mercosul, entre outros mecanismos.

Por outro lado, o amplo alargamento das atribuições dos municípios, o contexto econômico de cunho liberal trouxe aos entes federados brasileiros uma série de desafios nos campos da educação, habitação, saúde, entre outros. Principalmente no que concerne à viabilização de recursos econômicos, precisando ser inovadores e criativos para cumprirem seus deveres e obrigações como gestores públicos. Neste cenário destaca-se a paradiplomacia como um importante mecanismo para atuação no cenário internacional, sem depender do governo central, que possibilita a estes atores a busca de caminhos alternativos para fomentar a economia local, criar novas oportunidades para a população e incentivar o desenvolvimento local, entre outros.

O desenvolvimento do espaço de inserção destes novos atores para além das fronteiras nacionais, projetando o envolvimento e atuação dos entes subnacionais no cenário internacional, fenômeno este que é identificado como paradiplomacia, conceituada pelo autor Noé Cornago Prieto como:

[...] o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (*ad hoc*), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover outra dimensão externa de sua própria competência constitucional (PRIETO, 2004, p. 251).

Monica Salomón nos apresenta que a paradiplomacia teve início nos países do norte como Estados Unidos, e Canadá e países europeus, expandindo-se para os demais países na década de 80. Na América Latina, as primeiras estruturas burocratizadas para atuação internacional de entes subnacionais surgiram nos anos 1980, impulsionadas pela redemocratização política. Nesta toada, surge também no Brasil, como resultados da abertura política e promulgação da nova Constituição Federal brasileira, que traz em seu bojo legal o alargamento das atribuições e autonomia para os entes federados.

Com o fortalecimento do regime federativo no Brasil, argumenta Prazeres (2005, p299), as iniciativas paradiplomáticas adquirem maior relevância, e os municípios passam a adquirir espaço próprio na arena internacional.

A paradiplomacia municipal brasileira cresceu mais rapidamente do que a estadual, por dois motivos, salienta Salomón (2011, p. 279): “influência do movimento internacional de cidade, intensificado em 1996, com a realização da conferência das nações Unidas Habitat II e, em 2004, com a criação da Organização Mundial Cidades e Governos Locais (CGLU)”. A eleição do partido político dos trabalhadores (PT) aos governos municipais em várias cidades também é destacada como fator determinante da paradiplomacia brasileira (Ibidem, 2011).

As motivações para este novo papel das entidades subnacionais no cenário internacional, em geral, são econômicas, políticas ou culturais (Keating, apud Mariano e Mariano, 2005, p. 147). Os atores subnacionais buscam nos projetos de cooperação técnicas, entre outras práticas, o intercâmbio de informações ou a participação em redes transnacionais de governos subnacionais.

Rodrigues considera que as entidades subnacionais “passam a vislumbrar a elaboração de novas políticas para as relações globalizadas” (RODRIGUES, apud PRADO, 2013, p 66). As motivações para este novo papel das entidades subnacionais no cenário internacional, em geral, são econômicas, políticas ou culturais (Keating, apud Mariano e Mariano, 2005, p. 147). Constata-se assim que entre os principais componentes do exercício

da paradiplomacia destacam-se a promoção comercial e econômica externa, além da cooperação transnacional.

Nesta direção, ressalta-se a cooperação descentralizada, que representa um conceito novo na dinâmica de cooperação internacional para o desenvolvimento. Suas modalidades incluem cidades-irmãs, cooperação multinível, isto é, que conta com a participação de diversas instâncias: nacional, regional ou internacional, e ainda as redes de cooperação (SERRA, 2009, p.76).

O que permite às cidades brasileiras aprimorar as políticas públicas de governança local, mantendo uma relação de comunicação e intercâmbio de experiências e pela oportunidade de conhecer outras realidades e formas de aplicação. Salomón salienta "que a difusão de boas práticas é um instrumento de promoção da cidade, que pode render frutos na política de âmbito interno" (2011, p. 286).

A partir do início da década de 1990, alguns governos latino-americanos começam a embrenhar-se na promoção paradiplomática, visando uma cooperação regional e o desenvolvimento econômico. Esta situação surge pela crescente retomada da democracia na América Latina, no final da década de 1980, associada ao forte empenho para efetivação dos processos de integração regional, como o Mercosul.

Na década de 1990, intensifica-se no Brasil a atuação internacional por parte das entidades subnacionais, impulsionada pela redemocratização e pela nova Constituição Federal de 1988, imputando novas responsabilidades para as unidades federativas brasileiras, e a abertura de novas perspectivas para o desenvolvimento regional e local.

O desafio para o comportamento dos atores subnacionais nas relações internacionais aparece na esfera de seu reconhecimento constitucional como sujeito legal apto para atuar no cenário internacional, por não possuírem personalidade jurídica internacional, pondera Prado (2013), passam por limitações ao agirem no âmbito internacional.

Neste aspecto, Castelo Branco (2011, pg.18), salienta que a atual Carta Magna brasileira mantém a condução das relações com Estados estrangeiros restrita ao governo central, reiterando os princípios tradicionais que sempre orientaram a política externa nacional.

O que também é realçado por Eduardo Kugelmas e Marcello Simão Branco (2005, p. 164), quando ressaltam que em termos jurídicos somente através da intermediação do Estado central é que as unidades federativas podem estabelecer acordos e intercâmbios com outros Estados ou entidades subnacionais.

Há uma forte tendência no contexto da cooperação internacional que promove a atuação das entidades subnacionais locais como agentes internacionais, assumindo, em alguns casos, posicionamentos que não dependem unicamente do Estado Central, buscando diferentes perspectivas, de acordo com seu próprio perfil e necessidades.

Prado advoga que, "a paradiplomacia pode servir como um instrumento estratégico para o desenvolvimento e fortalecimento de todo o território nas relações internacionais, quiça no processo de integração regional no Mercosul" (PRADO, 2013, p. 67), tema explorado a seguir.

O processo de integração regional do Mercosul: um breve relato.

O cenário que alavanca este processo foi a abertura política ocorrida na Argentina e Brasil, nos anos de 1980, que começa a aproximar e propiciar negociações entre estes dois países. Como observa Prado (2013), transforma a tradicional e histórica relação de mútua desconfiança e disputa no contexto sulamericano, para uma relação bilateral de cooperação política e econômica, que leva à criação de um mercado comum do sul - Mercosul.

O Mercosul foi fundado em 26 de março de 1991, através da assinatura do Tratado de Assunção, com a presença inicial da Argentina, Brasil, Paraguai e o Uruguai. Mais tarde, em 2006, também a Venezuela. O objetivo inicial do bloco é uma União Aduaneira que visa à integração entre os países latino-americanos, facilitando a troca de mercadorias, as importações e exportações, bem como o livre acesso das pessoas pertencentes ao bloco.

O MERCOSUL caracteriza-se pelo regionalismo aberto, ou seja, tem por objetivo não só o aumento do comércio intrazona, mas também o estímulo ao intercâmbio com outros parceiros comerciais. São Estados Associados do MERCOSUL a Bolívia (em processo de adesão ao MERCOSUL), o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004). Guiana e Suriname tornaram-se Estados Associados em 2013. Com isso, todos os países da América do Sul fazem parte do MERCOSUL, seja como Estados Parte, seja como Associado.

O aperfeiçoamento da União Aduaneira é um dos objetivos basilares do MERCOSUL. Como passo importante nessa direção, em 2010, os Estados Partes concluíram as negociações para a conformação do Código Aduaneiro do MERCOSUL.

Para Renata Furtado (2011), "no contexto de aproximação de estruturas sociais e políticas, a dimensão econômica de integração perdeu força". Entretanto, para se alcançar o objetivo de desenvolvimento econômico, imprescindível o interesse e participação da sociedade, e isso só seria possível, estabelecendo-se paralelos de caráter social e político.

Consultas na plataforma oficial brasileira do MERCOSUL indicam medidas ocorridas no âmbito da integração regional, como a aprovação de normas de alcance regional que criam direitos e benefícios dos cidadãos dos Estados Partes. Entre estes, os acordos sobre documentos de viagem para os cidadãos dos Estados Partes e dos Estados Associados do

MERCOSUL, que dispensa o uso de passaporte ou visto para circular pela região, bastando a carteira de identidade nacional ou outro documento considerado válido, conforme a Decisão CMC Nº 14/11. Outro procedimento aprovado pela Decisão CMC Nº 28/02, que concede o direito à residência e ao trabalho para os cidadãos sem outro requisito que não a nacionalidade. Importante também destacar o acordo multilateral de seguridade social aprovado pela Decisão CMC Nº 19/97, e que tem como objetivo permitir que trabalhadores migrantes e suas famílias tenham acesso aos benefícios da seguridade social. O Mercosul possui também protocolos para a integração educacional, os quais preveem a revalidação de diplomas, certificados, títulos e o reconhecimento de estudos nos níveis fundamental e médio, técnico e não técnico. Os protocolos abrangem, ainda, estudos de pós-graduação. Há, também, o Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do MERCOSUL (ARCU-SUL) e o Sistema Integrado de Mobilidade.

Quanto ao real impacto para as regiões e populações beneficiadas por estes protocolos faz-se necessário buscar estudos afins que possibilitem desenhar um panorama real sobre as vantagens e dificuldades relacionadas no cotidiano, o que não é o objetivo deste estudo.

Como espaços de participação dos governos subnacionais no Mercosul destacam-se:

Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR).

Em operação desde 2007, o FCCR surgiu para que esses atores pudessem sentir-se integrados à proposta dos governos nacionais no processo integracional. Vinculado ao Grupo Mercado Comum (GMC), tem por finalidade estimular o diálogo e a cooperação entre as entidades subnacionais dos estados parte do Mercosul e criação de um comitê responsável pela articulação com os municípios e outro destinado aos estados federados e províncias. Busca criar uma agenda comum e tem como desafio as unidades federadas, departamentos e cidades inseridas no âmbito do Mercosul.

O Brasil é o maior contribuinte, aportando 70% dos recursos do Fundo. A Argentina é responsável pela integralização de 27% do montante; o Uruguai, pela contribuição de 2%; e o Paraguai, de 1%. Ao longo de seu funcionamento, o Fundo teve mais de 40 projetos aprovados.

Segundo informa o site da Organização, o FOCEM conta hoje com uma carteira de projetos de mais de US\$ 1,5 bilhão, com particular benefício para as economias menores do bloco (Paraguai e Uruguai), e tem contribuído para a melhoria em setores como habitação,

transportes, incentivos à microempresa, biossegurança, capacitação tecnológica e aspectos sanitários.

Rede Mercocidades.

Dentro do próprio bloco, surgiu a necessidade de uma rede que mediasse a integração das cidades dos respectivos países que compunham o bloco. Em março de 1995 iniciaram discussões sobre a necessidade dessa integração. Através do seminário “Mercosul: Oportunidade e Desafios para as Cidades”, que aconteceu em Assunção – Paraguai, quando as principais capitais que formavam a rede assinaram a Declaração de Assunção, na qual era expressa a vontade das mesmas em criar uma rede de Cidades dentro do Mercosul, para promover uma maior integração regional, entre outras funções, surgindo assim a Mercocidades.

Além de ter preocupação com o âmbito econômico, tem como intuito a integração cultural e social, de modo que o foco se dá na troca de informações e experiências entre as cidades-membro bem como coordenar projetos e desenvolver programas integrados, com o objetivo de facilitar a realização de serviços e qualificar a infra-estrutura, estabelecer e impulsionar convênios e serviços recíproco entre as diversas prefeituras e as redes que virem a se formar, entre outros relacionados no site oficial da Rede. Mesmo não estando diretamente na estrutura institucional do bloco, a rede procura cumprir sua função de articulação, organização e desenvolvimento da cooperação entre as cidades da região em torno de programas e projetos de interesse comum.

Em Banzatto e Prado (2014) encontramos que a Mercocidades empunhou a bandeira de que a integração regional mercosulina “deveria agregando também os municípios enquanto entidades políticas descentralizadas, pois são eles quem mantêm um contato mais direto com a vida cotidiana dos povos”.

No site institucional não conseguimos identificar resultados sobre a efetividade das ações da rede. A última Ata de reuniões dos membros publicada data de 28 de junho de 2012, onde se constata a assinatura de apenas oito representantes, destoando assim do caráter de união e integração que a rede propõe, e que merece uma análise mais detalhada, para angariar dados e índices que permitam a mensuração dos resultados e impactos que a Rede oferece para as cidades associadas, o que não é objetivo deste trabalho.

Mecanismos como programas e redes de cooperação bilateral ou multilateral, entre entidades subnacionais são alguns dos elementos que alavancaram o desenvolvimento da paradiplomacia no Brasil, (SALOMÓN, 2011, p 285), especialmente das unidades locais.

O que realça a importância da temática da integração regional mercosulina, e do espaço de atuação que se abre para os atores subnacionais, para além das permeáveis divisas nacionais, especialmente para as cidades situadas na faixas de fronteiras, [...] “que devem ser levados em consideração na elaboração de políticas públicas, por parte de governos subnacionais localizados em áreas fronteiriças e, principalmente, pelos Estados Partes mercosulinos” (BANZATTO, PRADO, 2014).

Considerações finais

A participação nas redes de cidades e na institucionalização do movimento internacional das cidades teve grande influência na maneira dos governos municipais brasileiros organizarem suas estratégias e instituições paradiplomáticas.

Mecanismos como programas e redes de cooperação bilateral ou multilateral, entre entidades subnacionais são alguns dos elementos que alavancaram a inserção internacional dos atores subnacionais no Brasil.

Vimos que o fenômeno da paradiplomacia conduz às ações de atores subnacionais que integram uma unidade do Estado nacional no marco de um sistema democrático, mas que não substituem a diplomacia do Estado central, que mantém sua posição como ator central no campo das Relações Internacionais.

No Brasil a realidade denota um direcionamento distinto do que se julga ser de exclusivo monopólio do Estado federal na esfera internacional, como mostram as inúmeras iniciativas externas exercidas por governos subnacionais no plano externo observadas neste estudo.

A proximidade geográfica e interdependência do ambiente fronteiriço, cenário do MERCOSUL favorece a cooperação e integração. O que nos mostra a importância de olhar para as regiões de fronteira, como é o caso destas cidades-gêmeas, como áreas potenciais e de sinergia capazes de estimular a cooperação e transformar a realidade da população.

Há uma forte tendência no contexto da cooperação internacional que promove a atuação das entidades subnacionais locais como agentes internacionais, assumindo, em alguns casos, posicionamentos que não dependem unicamente do Estado Central, na busca de diferentes perspectivas, de acordo com o próprio perfil e necessidades.

Observamos que abrir uma porta para o exterior, é buscar uma oportunidade para que o município possa divulgar seu potencial de desenvolvimento socioeconômico, a cooperação técnica, a captação de recursos e atração de investimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANZATTO, Arthur, PRADO, Henrique S. A. A paradiplomacia, cooperação descentralizada e a integração fronteiriça no Mercosul. Boletim Meridiano 47, vol 15, n.141, jan-fev 2014, p. 18-24.

FURTADO, Renata de S. **As fronteiras no âmbito do Mercosul**: apontamentos sobre a formação da agenda política de integração fronteiriça. Univ. Rel. Inte., Brasília, v.9, n.1, p. 371-381, jan./jun.2011.

HOCKING, Brian. Regionalismo: uma perspectiva das relações internacionais. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo et al. (Orgs). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUSC, 2004. pp. 77- 107.

JACOBSEN, Kjeld. “ Poder local e relações internacionais”. In: RODRIGUES, Gilberto M. A; XAVIER, Marcos, et al. (Orgs). *Cidades em relações Internacionais análises e experiências brasileiras*. SP, 2009. p 19 – 33.

KUGELMAS, Eduardo; BRANCO, Marcello Simão; “Os governos subnacionais e a nova realidade do federalismo”. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo (Orgs). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. SP: EDUC; Fundação Editora da UNESP; Fapesp, SP, 2005. p 161 – 188.

MARIANO, Karina P. L.; MARIANO, Marcelo P; “Governos subnacionais e integração regional: considerações teóricas”. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo (Orgs). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. SP: EDUC; Fundação Editora da UNESP; Fapesp, SP, 2005. p 131 – 160.

MARIANO, Marcelo P; BARRETO, Maria Inês. “Questão subnacional e integração regional: o caso do Mercosul”. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Eduardo Luiz; et al (Orgs). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. SP: EDUC: Fundação Editora da UNESP; SP: EDUSC, 2004. p 21 – 47.

MERCOSUL. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>> Acesso em 27/08/2017.

MERCOSUL NA VIDA DO CIDADÃO. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>> Acesso em outubro de 2017.

MERCOCIUDADES. “Coordenadores do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL”. Disponível em: < <http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2287>> Acesso em 27/08/2017.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. 2013. *Inserção dos atores subnacionais no processo de integração regional: o caso do Mercosul*. Ed. UFGD.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras ante os processos de integração regional. In: In: RODRIGUES, Gilberto

M. A; XAVIER, Marcos, et al. (Orgs). Cidades em relações Internacionais análises e experiências brasileiras. SP, 2009.

RUCKERT, Aldomar Arnaldo; LEMOS, Bruno de Oliveira. A região transfronteiriça de Sant'Ana do Livramento-Rivera: cenários contemporâneos de integração/cooperação. Revista de Geopolítica. v. 2, n.2, jul/dez. 2011. p- 49-64.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo et al. (ORGs). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUSC, 2004. pp. 283- 312.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Eduardo Luiz; BARRETO, Maria Inês; MARIANO, Marcelo Passani. (Orgs). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. SP: EDUC: Fundação Editora da UNESP; SP: EDUSC, 2004. p 251 – 282.

RODRIGUES, Gilberto. A inserção internacional de cidades: notas sobre o caso brasileiro. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo et al. (ORGs). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo : EDUC; Ed. UNESP, SP : EDUSC, 2004. pp: 441-462.

RODRIGUES, Gilberto. “Internacionalismo municipal”. In: RODRIGUES, Gilberto M. A; XAVIER, Marcos, et al. (Orgs). Cidades em relações Internacionais análises e experiências brasileiras. FASM, SP, 2009. p 35 – 56.

SALOMÓN, Mónica. 2011. “A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas”. In: PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R.S.(org.) *Política externa brasileira a política das práticas e as práticas da política*. RJ, Editora FGV. pp. 269-299

SERRA ALVAREZ, Ana Amélia. “Cooperação descentralizada: o caso europeu”. In: In: RODRIGUES, Gilberto M. A; XAVIER, Marcos, et al. (Orgs). Cidades em relações Internacionais análises e experiências brasileiras. SP, 2009. p 73 – 97.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W; VIGEVANI, Tullo. (Org.) *Governos subnacionais e sociedade civil: integração e Mercosul*. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da Unesp; Fapesp, 2005.